



Luxemburgo, 16 de abril de 2018
(OR. en)

7956/18

MAMA 59
CFSP/PESC 341
RELEX 318
SY 4

RESULTADOS DOS TRABALHOS

de: Secretariado-Geral do Conselho

data: 16 de abril de 2018

para: Delegações

n.º doc. ant.: 7941/18 MAMA 58 CFSP/PESC 339 RELEX 316 SY 3

Assunto: Conclusões do Conselho sobre a Síria

– Conclusões do Conselho (16 de abril de 2018)

Enviam-se em anexo, à atenção das delegações, as conclusões do Conselho sobre a Síria, adotadas pelo Conselho na sua 3613.^a reunião realizada em 16 de abril de 2018.

CONCLUSÕES DO CONSELHO SOBRE A SÍRIA

1. O conflito na Síria entrou no oitavo ano de violência contínua e generalizada, de persistentes e brutais violações do direito internacional, incluindo atropelos dos direitos humanos e do direito internacional humanitário, cometidas por todas as partes, bem como de utilização repetida de armas químicas pelo regime sírio e pelo Daexe. O regime sírio é o grande responsável pela catastrófica situação humanitária e pelo sofrimento do povo sírio. Condenamos firmemente a utilização continuada e repetida de armas químicas pelo regime na Síria, incluindo o mais recente ataque em Douma, que constitui uma grave violação do direito internacional e uma afronta à decência humana. Neste contexto, o Conselho entende que os ataques aéreos levados a cabo pelos EUA, pela França e pelo Reino Unido e que visaram instalações de produção de armas químicas na Síria constituíram medidas específicas tomadas com o único propósito de prevenir novas utilizações de armas químicas e de substâncias químicas como armas por parte do regime sírio para matar a sua própria população. O Conselho apoia todos os esforços destinados a prevenir a utilização de armas químicas. Esta é a posição expressa em nome da UE na Organização para a Proibição de Armas Químicas.
2. Neste contexto, recordando anteriores Conclusões do Conselho sobre a Síria, nomeadamente as de 4 de abril de 2017, o Conselho concorda que os objetivos da "estratégia da União Europeia para a Síria" continuam válidos.

3. Sublinhamos que a dinâmica da presente situação deverá ser aproveitada para revigorar o processo tendente a encontrar uma solução política para o conflito sírio. A União Europeia reitera que não pode haver uma solução militar para o conflito sírio. Ao invés, o regime sírio, com o apoio dos seus aliados – a Rússia e o Irão –, tem intensificado desde o ano passado as suas operações militares, sem qualquer consideração pelas mortes de civis. A UE condena com a máxima veemência todos os ataques, tanto deliberados como indiscriminados, contra populações civis e infraestruturas civis, hospitais e escolas. A negação e obstrução persistentes e deliberadas do acesso humanitário às populações que dele necessitam é uma violação flagrante dos princípios do direito internacional humanitário e tem de acabar. A UE deplora a ofensiva do regime apoiada pela Rússia que causou devastação em Guta oriental e lança um apelo para que cessem de imediato os ataques aéreos, especialmente em Idlib e no sul da Síria. A UE apela a todas as partes no conflito, especialmente ao regime e aos seus aliados, para que apliquem o cessar-fogo a fim de assegurar o acesso humanitário e as evacuações médicas, conforme acordado por unanimidade na Resolução 2401 do CSNU. Neste contexto, ficam cada vez mais afastadas as perspetivas de uma solução política. Além disso, a operação militar turca no noroeste da Síria veio complicar ainda mais a situação, levou a uma importante deslocação da população local e é outro motivo de séria preocupação. A este respeito, a UE deplora as repetidas violações das chamadas zonas de desanuviamento e insta os garantes de Astana – a Rússia, o Irão e a Turquia – a assegurarem a cessação das hostilidades e um acesso humanitário seguro, sustentável e sem entraves em toda a Síria, e a honrarem os compromissos que assumiram no sentido de conseguir um cessar-fogo em toda a Síria bem como o levantamento dos cercos. A UE manifesta sérias preocupações com os relatos de engenharia social e demográfica em certas zonas em toda a Síria.

4. A escalada militar desde o princípio do ano agravou ainda mais a já terrível situação humanitária na Síria. Em particular, a situação em Guta oriental e em Idlib piorou sobremaneira. Existem 13,1 milhões de pessoas a necessitar de assistência e a enfrentar sérias preocupações em matéria de proteção, 6,1 milhões deslocadas internamente e quase 3 milhões encurraladas em zonas sitiadas e de difícil acesso. A proteção de civis é uma obrigação legal, um dever moral e uma questão de urgência. A contaminação por engenhos explosivos também suscita sérias preocupações. A UE continua empenhada em salvar vidas e em aliviar o sofrimento satisfazendo as necessidades das pessoas mais vulneráveis em todo o país. A proteção da população civil, que é da principal responsabilidade do regime sírio, e a garantia da prestação de ajuda atempada e em consonância com os princípios humanitários são prioridades urgentes. Neste contexto, a UE condena vigorosamente as partes no conflito pela obstrução e negação persistentes do acesso humanitário às pessoas que dele necessitam, inclusive de evacuações médicas urgentes, e pela subtração sistemática de material médico aos comboios humanitários pelo regime sírio. Estas práticas têm de acabar. A UE exige que todas as partes no conflito, especialmente o regime sírio, concedam um acesso sem entraves, livre, em todo o país, seguro e ininterrupto às pessoas necessitadas onde quer que se encontrem, na observância do direito internacional humanitário. Congratulando-se com a adoção da Resolução 2393 do CSNU, em dezembro de 2017, que oferece a possibilidade de salvar milhões de sírios necessitados ao permitir a assistência transfronteiras, a UE não poupará esforços para prestar assistência humanitária a toda a população necessitada em toda a Síria através das rotas mais diretas. A UE condena a tática de guerra que consiste em deixar civis passar fome sitiando áreas povoadas, bem como a deslocação forçada de populações, podendo ambas as práticas constituir crimes de guerra ou crimes contra a humanidade. A UE continuará a desenvolver uma intensa diplomacia humanitária, inclusive na segunda Conferência de Bruxelas, para explorar todas as opções destinadas a melhorar o acesso e a proteção, bem como para promover os princípios humanitários para a prestação de ajuda. A UE está também seriamente preocupada com a deterioração da situação humanitária no noroeste da Síria, especialmente na região de Afrin, na sequência da operação militar turca, e salienta a necessidade urgente de ser dado um acesso humanitário seguro, sem entraves e imediato às organizações humanitárias. Nesta região e em todo o país, é premente criar condições para o regresso seguro, voluntário e digno das pessoas deslocadas internamente e dos refugiados.

5. A UE reitera que qualquer solução sustentável para o conflito exige uma verdadeira transição política, em consonância com a Resolução 2254 do CSNU e com o Comunicado de Genebra de 2012 negociado pelas partes sírias no âmbito do processo de Genebra liderado pela ONU, e continua empenhada na unidade, soberania e integridade territorial do Estado sírio. Neste contexto, a UE louva os esforços incansáveis do enviado especial das Nações Unidas para a Síria, Staffan de Mistura, para facilitar a aplicação de todas as resoluções pertinentes do CSNU. A criação de uma comissão constitucional liderada pela Síria, sob os auspícios das Nações Unidas em Genebra, deverá ser agora uma prioridade e deverão seguir-se rapidamente novas medidas para permitir um processo de transição política negociada. A UE deplora a estratégia de obstrução do regime sírio nas conversações lideradas pela ONU e apela aos aliados do regime para que garantam que este participa plenamente neste processo mandatado pelo CSNU. A União Europeia não poupará esforços para apoiar uma solução pacífica do conflito sírio. Uma paz duradoura na Síria é o objetivo último da UE.
6. A UE continua a apoiar a oposição política síria na sua participação construtiva no processo político em Genebra e no seu trabalho com a sociedade civil. A UE apoia a participação plena e efetiva das mulheres no processo político e congratula-se com o trabalho da oposição para promover este objetivo. A UE louva o trabalho da Comissão de Negociação síria, a delegação unida e inclusiva da oposição nas negociações lideradas pela ONU, bem como o seu empenho numa solução negociada para o conflito.
7. O destino da Síria reside na paz, na democracia, na igualdade entre os cidadãos e no Estado de direito. A União Europeia continuará a trabalhar nesse sentido com determinação e afinco, a bem do povo sírio. A UE continuará a trabalhar com a sociedade civil síria, como interveniente fundamental num processo inclusivo, para promover a democracia e os direitos humanos no apoio à paz e à estabilidade no país.

8. A UE continua a apoiar os esforços da coligação internacional contra o Daexe e reitera que só uma verdadeira solução política, em consonância com a Resolução 2254 do CSNU e com o Comunicado de Genebra de 2012, que trate as causas profundas do extremismo violento e do terrorismo conduzirá à sua erradicação duradoura da Síria e da região. A UE sublinha que todos os intervenientes na Síria se têm de focar na luta contra o Daexe que ainda não terminou. Prevenir o reaparecimento da organização terrorista continua a ser uma prioridade. A fim de contribuir para a derrota duradoura do Daexe, a UE participará nos esforços de estabilização nas zonas que a coligação internacional libertou do Daexe no nordeste da Síria. Uma governação local inclusiva, independente e representativa será um fator importante para o desenvolvimento de esforços de estabilização europeus mais abrangentes, sustentáveis e inclusivos.
9. A UE apela a todas as partes para que libertem todas as pessoas detidas ao arrefio do direito internacional humanitário e os presos políticos detidos, na sua maioria, nas prisões e centros de detenção do regime, em consonância com a Resolução 2268 do CSNU. Exige informações sobre os casos de desaparecimentos forçados. Deverá ser concedido acesso a todos os centros de detenção na Síria a observadores independentes. A UE dá todo o seu apoio aos esforços envidados pela ONU para criar um secretariado que resolva esta questão no âmbito do processo de Genebra.

10. A prestação de contas e a justiça transicional baseada em garantias processuais que facilitem uma verdadeira reconciliação nacional são uma condição essencial para a paz duradoura na Síria. O Conselho salienta a necessidade de serem prestadas contas, e a UE continuará a liderar os esforços nesse sentido e procurará incansavelmente que sejam prestadas contas pelas atrocidades cometidas no conflito sírio. Todos os responsáveis por violações do direito internacional, especialmente do direito internacional humanitário e do direito internacional em matéria de direitos humanos, algumas das quais poderão constituir crimes de guerra ou crimes contra a humanidade, terão de prestar contas, incluindo os autores de crimes contra grupos e minorias religiosos, étnicos e outros. A impunidade por tais crimes é inaceitável, pelo que a UE continuará a apoiar a documentação de violações dos direitos humanos e os esforços destinados a reunir provas tendo em vista futuras ações judiciais. Neste ponto, a UE apoia o importante papel da comissão de inquérito e do mecanismo internacional, imparcial e independente, e salienta a importância de uma maior cooperação e de lhes disponibilizar suficientes recursos financeiros para que continuem o seu trabalho essencial a fim de garantir o apuramento de responsabilidades na Síria. A UE reitera o seu apelo para que a situação na Síria seja levada ao Tribunal Penal Internacional. Na ausência de vias para a justiça internacional, a ação penal contra crimes de guerra ao abrigo de uma jurisdição nacional, caso seja possível, representa um importante contributo para garantir a justiça. A UE e os seus Estados-Membros estão totalmente empenhados em prevenir a impunidade e procurarão explorar as possibilidades de uma ação concertada para que seja feita justiça pelas violações do direito internacional cometidas no conflito sírio. A UE continuará a analisar a possibilidade de novas medidas restritivas contra a Síria enquanto durar a repressão.

11. A UE reitera a sua firme condenação do uso repetido de armas químicas pelo regime sírio e pelo Daexe, confirmado pelo mecanismo de investigação conjunto da OPAQ/ONU e relatado pela comissão de inquérito. A UE está igualmente preocupada com os relatos persistentes de utilização de armas químicas pelo regime em Guta oriental e noutras zonas da Síria nos últimos meses, incluindo os mais recentes relatos de um ataque químico devastador em Duma. A UE salienta as suas sérias preocupações com as violações na Síria da Convenção sobre as Armas Químicas e da proibição universal de utilização de armas químicas. A UE apoia plenamente o trabalho da missão de averiguação da OPAQ no sentido de continuar a examinar relatos sobre o uso de armas químicas, bem como o trabalho da equipa de avaliação das declarações no sentido de continuar a examinar as lacunas e discrepâncias das declarações da Síria até que conclua que o programa de armas químicas da Síria foi desmantelado de forma irreversível. Em julho de 2017 e em março de 2018, a UE impôs medidas restritivas adicionais contra altos funcionários e cientistas sírios pelo papel que desempenharam no desenvolvimento e na utilização de armas químicas e está disposta a considerar a imposição de novas medidas no futuro. Neste contexto, a UE insta o CSNU a restaurar rapidamente um mecanismo independente para o apuramento de responsabilidades para assegurar que os autores de ataques químicos prestem contas. Neste aspeto, a UE lamenta que a Rússia tenha vetado a renovação do mandato do mecanismo de investigação conjunto em novembro de 2017. A UE exorta todos os países a usarem a sua influência para evitar qualquer nova utilização de armas químicas e apoia a Parceria Internacional contra a Impunidade pela utilização de Armas Químicas.

12. A UE continuará a apoiar a resiliência da população síria, em consonância com a Estratégia da UE para a Síria. Os trabalhos abordarão as necessidades relacionadas com o acesso seguro e equitativo à documentação civil, à habitação e aos direitos de propriedade, a fim de assegurar que os direitos dos sírios são preservados e que as pessoas deslocadas dispõem de condições básicas para poderem regressar às suas casas de forma digna, segura e voluntária, assim que as circunstâncias o permitam. A UE continuará a apoiar a resiliência através da oferta de formação, da criação de postos de trabalho e do apoio às estruturas de governação civil local em zonas controladas pela oposição, inclusivamente através de um trabalho conjunto com o Governo Provisório da Síria. Esforçar-se-á também por evitar o colapso da administração estatal. A UE procurará aumentar a assistência, combinando a assistência transfronteiras com o apoio a partir do interior do território sírio, com o objetivo de prestar ajuda enquanto parte integrante do esforço mais amplo para fazer face às necessidades da população em toda a Síria, para prevenir o extremismo violento e o sectarismo e para desenvolver a resiliência local. A assistência da UE deve beneficiar a população da Síria e evitar benefícios para o regime sírio que legitimem a sua governação nacional e local. A UE não empreenderá esforços de recuperação rápida ou de estabilização em nenhuma parte da Síria que possam promover a engenharia social e demográfica.
13. A UE reitera que só estará disposta a contribuir para a reconstrução da Síria quando estiver efetivamente em curso uma transição política genuína, abrangente e inclusiva, negociada pelas partes no conflito sírio com base na Resolução 2254 (2015) do Conselho de Segurança das Nações Unidas e no Comunicado de Genebra de 2012. A UE continua a apoiar ativamente as Nações Unidas na sua coordenação do planeamento da estabilização civil uma vez alcançado um acordo, e manterá a sua colaboração com as instituições financeiras internacionais e outros doadores. Quem alimentou o conflito deverá também assumir uma responsabilidade especial pelos custos da reconstrução.

14. A UE está ciente dos efeitos do conflito sírio nos Estados vizinhos, que têm dado provas de empenho e resiliência ao alojarem milhões de refugiados sírios ao longo dos últimos anos, e confirma o seu compromisso de os apoiar. O Conselho congratula-se com os resultados alcançados através da assistência da UE e dos Estados-Membros, incluindo o Fundo Fiduciário Regional da UE de resposta à crise síria, e com os progressos realizados na implementação dos Pactos UE-Jordânia e UE-Líbano para dar resposta às necessidades fundamentais dos refugiados sírios e das respetivas comunidades de acolhimento na região. A UE assinala que não estão atualmente reunidas as condições para o repatriamento dos refugiados sírios, conforme definidas pelo ACNUR. A situação nos países de acolhimento continua a ser crítica e existe uma necessidade evidente de manter os esforços para os ajudar a enfrentar os desafios relacionados com a crise dos refugiados, inclusivamente no que diz respeito às necessidades dos refugiados palestinianos.

15. O Conselho congratula-se com a segunda Conferência de Bruxelas sobre o apoio ao futuro da Síria e da região, que se realizará em 24 e 25 de abril de 2018, copresidida pela União Europeia e pelas Nações Unidas, no seguimento da conferência de Bruxelas de abril de 2017, da conferência de Londres de fevereiro de 2016, das conferências de doadores realizadas no Koweit entre 2013 e 2015, e das conferências de Berlim e de Helsínquia de 2014 e de 2017. O objetivo global da conferência é manter a atenção da comunidade internacional focada no conflito sírio e aumentar o apoio prestado às populações afetadas. A conferência tem três objetivos específicos: veiculará uma mensagem de amplo e contínuo apoio internacional aos esforços liderados pela ONU no sentido de se encontrar urgentemente uma solução política para o conflito, em consonância com as resoluções pertinentes do Conselho de Segurança da ONU, incluindo a Resolução 2254 do CSNU e o Comunicado de Genebra; evocará o agravamento da situação humanitária na Síria; e reiterará a continuação do forte apoio da UE e da comunidade internacional aos países vizinhos, que acolhem mais de 5,6 milhões de refugiados sírios. Além disso, a conferência fará o ponto da situação do cumprimento dos compromissos internacionais de apoio à Síria e à região assumidos há um ano, na primeira conferência de Bruxelas, e procurará firmar novos compromissos financeiros para dar resposta às crescentes necessidades da Síria e da região. Na sua qualidade de principais doadores que ajudam a atenuar os piores efeitos da crise síria, tendo prestado desde 2011 assistência num valor superior a 10,6 mil milhões de euros e representando dois terços do compromisso de 5,6 mil milhões de euros assumido na primeira conferência de Bruxelas, a UE e os seus Estados-Membros assumirão novamente um compromisso significativo na segunda conferência de Bruxelas, encorajando a comunidade internacional a partilhar o ónus, especialmente assumindo novos compromissos para o plano de resposta humanitária da ONU.
-